

## A CEPAL E AS POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA

*La pobreza no es una maldición inevitable. Es producto de decisiones y políticas humanas. Enfrentarla requiere cambios en reglas de juego internacionales y en políticas nacionales. (Bernardo Kliksberg)*

Cassiano Ricardo Martines Bovo<sup>1</sup>

### Considerações Iniciais

O objetivo deste trabalho é tão somente apontar as principais políticas públicas, ações e programas de combate à pobreza que são praticadas pelos países latino-americanos e sua conexão com as propostas constantes dos relatórios e documentos da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina e Caribe), como forma de contribuir para o debate. O caráter do artigo é mais de cunho descritivo do que analítico, em uma perspectiva panorâmica sobre o que acontece ou se propõe a respeito do assunto.

---

1. Cassiano Ricardo Martines Bovo é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, coordenador do NEPO/FSL – Núcleo de Estudos sobre a Pobreza –, professor da Faculdade São Luís e da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: cassiano.bovo@terra.com.br

A escolha dos documentos da CEPAL se deve ao farto material produzido pela organização, que gera anualmente relatórios, estudos e pesquisas fundamentadas e debatidas pela comunidade acadêmica. É notória sua influência sobre os formuladores de políticas públicas e há consenso de se tratar de considerável referência, mesmo que não se concorde ou se critique suas observações. Além disso, a CEPAL, desde sua criação em 1949, tem uma história de reflexão acerca do subdesenvolvimento na região e sobre as políticas de desenvolvimento<sup>2</sup>.

Vários são os indicadores existentes para medir a pobreza. Um dos mais utilizados pela CEPAL é a tradicional linha de pobreza, bastante criticada<sup>3</sup>. Não se pretende entrar nesse debate, apenas parte-se do pressuposto que, embora vários indicadores venham apontando sua queda, ela é bastante elevada, seja lá qual for sua medição, e afeta parcela considerável da população da região e de maneiras muito distintas. Vários autores, entre eles Ramos; Mendonça (2005), constataam que a concentração da renda na América Latina influi consideravelmente nos níveis de pobreza. Os dados comprovam que a América Latina é o continente de pior distribuição da renda e que, se esta fosse melhorada, a situação de pobreza diminuiria substancialmente (Kliksberg, 2005; Grynspan, 2005)<sup>4</sup>.

É necessário um esclarecimento a respeito do significado de uma política de combate à pobreza. Assim como o próprio conceito de pobreza é discutível, uma política de combate também o é. Para exemplificarmos a complexidade da questão pode-se observar que muitas ações não visam necessariamente debelar a pobreza, mas acabam assim fazendo ou, pelo contrário, políticas declaradamente anti-pobreza podem redundar em total fracasso<sup>5</sup>. A rigor, todo gasto social, ao menos no

---

2. Sobre a importância e a história da CEPAL, ver Bielschowsky (2000) e Rodriguez (1981).

3. De acordo com a linha de pobreza elaborada pela própria CEPAL, houve uma queda de 40,5% de pobres em 1980 para 36,5% em 2006, e de 18,6% para 13,4 de indigentes, no período considerado (CEPAL, 2007a, p. 9). A respeito das críticas às linhas de pobreza, veja Sen (2000 e 2001).

4. Para o Brasil, várias evidências apontam no mesmo sentido; ver, por exemplo, Ramos; Mendonça (2005).

5. A queda do desemprego, assim como o crescimento econômico, são fatores que influenciam o nível de pobreza, sem serem, no entanto, políticas deliberadas de

médio e longo prazo, tem como conseqüência, perseguida ou não, a eliminação da pobreza, porém algumas políticas são diretamente direcionadas para tal, principalmente no curto prazo. Concentraremos-nos nessas políticas; nosso critério é o objetivo explícito dos governos e da CEPAL em relação ao problema.

A análise da América Latina como um todo esconde a extrema diversidade dos países que a compõem. Assim como as bem diversas regiões dentro de um mesmo país. Dessa forma, nos abstrairmos dessa discussão que encontra um claro limite num trabalho descritivo de ações, como este. Também, não nos importa aqui, apesar da extrema relevância, a discussão sobre o financiamento dos programas existentes ou propostos.

O presente texto busca os propósitos explicitados primeiramente ao elaborar um diagnóstico dos principais problemas relacionados à pobreza, de acordo com a CEPAL. Em seguida, aponta o que está em andamento a respeito à luz das propostas dessa instituição. Encerra-se com as considerações finais.

## **1. Os principais problemas apontados**

A pobreza é vista pela CEPAL como multidimensional, em função da diversidade de situações em que ela se apresenta, o que afeta os diferentes grupos sociais de maneira muito distinta. Nesse sentido, os documentos da instituição apresentam especial ênfase em relação aos indígenas, mulheres, jovens desempregados, afrodescendentes, idosos e crianças, apresentados como mais vulneráveis à pobreza, pois a sofrem com mais intensidade. Outro recorte muito importante são as áreas específicas; por exemplo, a pobreza nas áreas rurais é muito diferente da na periferia das grandes cidades, e nestas algumas regiões, geralmente periféricas, são preocupantes.

Centro dos debates constantes da maioria dos documentos da CEPAL são as mudanças na estrutura familiar. A família é vista como instituição fundamental para a reprodução social e também sofre significativa carga na medida em que desempenha funções que – ao menos

---

combate. De qualquer forma, é constante nos relatórios da CEPAL a menção ao crescimento econômico e à geração de empregos de qualidade como fatores influenciadores do nível de pobreza na região.

algumas delas – poderiam estar sob responsabilidade do Estado ou do mercado. Emerge, nesse caso, a família – e em geral, a mulher na família – como possibilitadora do *cuidado*, entendido aqui como a ação sobre crianças, jovens, idosos, enfermos etc. Procura-se evidenciar a importância, muitas vezes não percebida, que a família tem como realizadora de serviços fundamentais para o bem-estar como para o mercado, porém, geralmente os serviços envolvidos não são remunerados. Como se verá, isso tem importante desdobramento no plano das políticas públicas.

De acordo com a CEPAL, os estudos mostram, na linha da chamada herança intergeracional, que, em geral, a condição das pessoas é transmitida de geração em geração, principalmente nas famílias mais pobres. Geralmente, a família em que se nasce influencia muito a vida da pessoa. E são as famílias mais pobres as que mais têm sentido as mudanças sofridas, nas últimas décadas, pela instituição. Tem aumentado os lares em que a mulher é a chefe da família, só, com filhos para criar (família unipessoal, o que evidencia mais uma vez a sobrecarga sobre as mulheres na sociedade). Também, as famílias têm diminuído o número de componentes (menos filhos) e têm aumentado os lares em que mora uma pessoa apenas. Preocupante tem sido a violência doméstica, geralmente sobre a mulher, crianças e jovens.

A maioria dos estudiosos tem apontado que os governos ainda contam com políticas públicas adequadas a uma concepção de família não mais existente, que seria aquela em que a mulher não trabalha fora, cuida da casa e dos filhos, além dos idosos e enfermos. Isso está em mudança e aqui fica evidente a preocupação com a mulher, que sofre a dupla jornada de trabalho, com a decorrente sobrecarga. Comumente isso se reflete na dificuldade para se estudar e se qualificar, por parte da mulher, o que a deixa com poucos recursos, quando, na realidade, precisaria de mais.

Grande, também, é a preocupação com os jovens, pois, boa parte, têm dificuldades para entrar no mercado de trabalho ou não conseguem empregos decentes, os que os tornam vítimas fáceis de gangues, bandos, grupos criminosos ou da bebida e das drogas.

Tem crescido, igualmente, a preocupação com os indígenas, que em alguns países representam parcela considerável da população. Há menções explícitas à *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (de 13/9/2007) e a dificuldade de acesso à saúde

no respeito às suas tradições e à sua cultura. Nesse aspecto, os dados mostram que a população indígena costuma apresentar piores condições em relação à população em geral. Reclama-se, do mesmo modo, da baixa participação destes nos fóruns de decisões sobre o assunto (CEPAL, 2007a e 2006).

Também é notória, na maioria dos documentos, a preocupação com a educação como influenciadora das condições de pobreza. A educação aparece muito relacionada à desigualdade social, mais especificamente no mercado de trabalho, num círculo vicioso que se auto-alimenta. A grande preocupação está na qualidade, se o acesso tem aumentado, a qualidade deixa a desejar, inclusive entre os alunos de melhor condição social.

A CEPAL iniciou um processo, ainda em curso, de construção de um indicador social muito mais abrangente e para muito além dos tradicionais, como as linhas de pobreza e de indigência. A idéia é apontar necessidades, mas também medir o efeito das políticas públicas sobre as variáveis constantes do índice. Quanto à sua composição:

*El concepto de cohesión social que propone la CEPAL, concebido a la luz de los indicadores, debe constar de tres componentes: las medidas de distancia o brechas, las que da cuenta de fuerza del sentido de pertenencia, y las relativas a las instituciones que median entre unas y otras.* (CEPAL, 2007b, p. 35).

De acordo com o quadro 11.2 (*Sistema de Indicadores de Cohesión Social: Componentes y Factores*) do documento mencionado (CEPAL, 2007b, p. 36) as variáveis se distribuem da seguinte maneira:

- Distância: desigualdade de renda, pobreza e indigência, emprego, educação, saúde, habitação, pensões e brecha digital;
- Instituições: funcionamento da democracia, instituições do Estado, instituições do mercado e família;
- *Pertencimiento* (no sentido de pertencimento, ser parte integrante da sociedade): multiculturalismo, confiança, participação, expectativa de mobilidade e solidariedade social<sup>6</sup>.

---

6. Para maiores detalhes a respeito da metodologia da coesão social ver CEPAL (2007b).

A novidade desse novo indicador está na idéia de integração social e a possibilidade de captar variáveis subjetivas. A coesão social vem da discussão referente à integração social, na linha da solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim, alimentada por Tönnies e Parsons.

As primeiras evidências apontam a segregação territorial como um grande problema (indicando baixa coesão social) em função das dificuldades de acesso que as pessoas têm por morarem em determinados locais<sup>7</sup>, como (...) *la inserción en el mercado de trabajo, el logro educativo, las decisiones reproductivas y las pautas de desafiliación institucional de los adolescentes* (CEPAL, 2007a, p. 21). Os moradores dos bairros e locais mais pobres sofrem a ponto de terem baixas expectativas e confiança (a noção de confiança social é importante no índice em questão) nas instituições do Estado, o que lhes dão poucas perspectivas de mudança e leva ao desinteresse e à passividade. A seguinte colocação reforça esses aspectos:

*El análisis de la pobreza y la inequidad no puede limitarse a sus componentes materiales. La exploración de algunas brechas psicosociales en 18 países de América Latina permitió constatar la existencia de grandes distancias entre los distintos estratos socioeconómicos respecto de las expectativas de movilidad social, la confianza en las instituciones del Estado, la participación ciudadana y las percepciones de ser discriminado. Estas brechas constituyen los correlatos subjetivos de la pobreza y la inequidad, obstaculizan la inclusión de los más pobres, amenazan a la cohesión social y ponen de manifiesto la necesidad de instrumentar políticas multidimensionales que complementen las transferencias materiales con iniciativas que permitan disminuir las distancias subjetivas* (op. cit., p. 18).

## 2. As propostas da CEPAL e o que está em andamento

São vários os programas e ações de combate à pobreza na região e a maioria deles constantes nos relatórios e documentos da CEPAL. Dividem-se esses programas em três tipos: aqueles voltados à formação

---

7. Se anteriormente afirmamos que a família diz muito do futuro de uma pessoa, muitas vezes o local onde ela mora também pode levar a essa conclusão.

das pessoas ou aprendizagem, os referentes ao acesso ou oportunidades, e os de proteção social<sup>8</sup>.

O primeiro tipo de programas (aprendizagem) envolve a geração de renda de maneira autônoma, na linha do empreendedorismo social, qualificação (que se enquadra nas áreas de educação e conhecimento), inserção de desempregados no mercado de trabalho, capacitação relacionada ao microcrédito, criação de redes de economia solidária, aprendizagem relacionada à informática etc. Correlato a esses programas é comum aparecer à necessidade de oportunidades via crescimento econômico, para que se efetive a capacitação. Vários desses programas são atualmente implantados, na região, e envolvem trabalhadores, indígenas, mulheres, jovens desempregados e idosos.

Com relação aos programas relacionados às oportunidades, trata-se da possibilidade de acesso, por exemplo, a terra (reforma agrária, criação de assentamentos), ao microcrédito (crédito para aqueles que não têm renda nem propriedades para usar como garantia), à geração de emprego (via crescimento econômico e estímulo à legalização da condição de trabalho, como forma de evitar sua precarização), à regularização dos direitos de propriedade, à habitação a custo subsidiado, ao orçamento participativo, a computadores etc. Também, vários programas desse tipo são implantados na América Latina.

No caso da proteção social, o que predomina, com experiências na maioria dos países, são os programas de transferência de renda, bens e serviços, como o *Bolsa-Família*, no Brasil, ou o *Oportunidades*, no México. A idéia desses programas é criar renda para os pobres, mas não só, pois a maioria deles tem condicionalidades que envolvem outros objetivos, tais como manter as crianças na escola, cuidar da sua saúde etc. Outras experiências do tipo proteção social se relacionam à alimentação gratuita para alunos das escolas públicas, programas de nutrição e controle da saúde, assistência humanitária para refugiados, creches gratuitas, preços subsidiados, tarifas reduzidas, erradicação do trabalho infantil etc.

---

8. Essa divisão não é de autoria da CEPAL e é de nossa inteira responsabilidade. Nem sempre é clara a distinção entre os três tipos de programas, muitas vezes eles se sobrepõem, isto é, um mesmo programa pode se enquadrar em mais de um tipo, até porque às vezes existe certo nível de integração entre as áreas.

Todos os programas mencionados (na linha da aprendizagem, oportunidades e proteção social) geralmente são altamente focalizados, isto é, direcionados para um determinado público-alvo, tais como as mulheres, as crianças, os jovens, os índios, os afrodescendentes, os idosos etc., que vivenciam situação de pobreza e indigência. Mas a CEPAL expressa enorme preocupação em relação à universalização de vários serviços, principalmente na área da educação, saúde e proteção social. A idéia é fazer com que os gastos sociais sejam estendidos a toda população, independentemente de ter havido contribuição ou não. Nesse sentido, na maioria dos países, isso acontece em algumas áreas, mas há problemas de abrangência (isto é, não chega a haver o atendimento para toda a população, embora se caminhe para isso) e de qualidade dos serviços prestados (nesse caso, no Brasil, temos o exemplo do SUS, na área da saúde, e o fato da educação fundamental caminhar para a universalização, mas com baixa qualidade, de acordo com vários indicadores recentes).

De maneira geral, podemos afirmar que as propostas da CEPAL (tanto as focalizadas quanto as universalistas) vêm sendo realizadas, mas há uma distância enorme entre a prática e a recomendação, com lacunas em termos de abrangência e extensão dos programas (volume de gastos ainda baixo, perante as necessidades), profundidade e qualidade, o que fica evidente no ainda elevado índice de pobreza e indigência da região. Nesse sentido, há menção à baixa produtividade do gasto social, com a primordial melhora na relação custo-benefício. Há, também, questões de fundo, relacionadas à concepção dos programas, que ainda não conseguem dar a devida atenção integral para as famílias, as mulheres e dar conta das questões subjetivas relacionadas à coesão social, como vimos anteriormente. Além disso, falta maior integração entre os programas.

Uma das queixas da CEPAL, como afirmado anteriormente, está relacionada à insuficiência do gasto público, o que está relacionado à questão orçamentária, isto é, baixos orçamentos perante as necessidades, assim como problemas de gastos “amarrados” (vinculados) a determinadas receitas. Segundo a instituição em pauta, em geral, o gasto é pró-cíclico, na medida em que o orçamento tem forte relação com o crescimento econômico quando, na realidade, deveria se relacionar com as necessidades efetivas da população (e, portanto, ter um componente contra-cíclico).



No que diz respeito à progressividade do gasto social o resultado é satisfatório, conforme a seguinte citação:

*Em general, el gasto en asistencia social em la región es bastante progresivo: en promedio, el 55% de los recursos destinados a la asistencia social son captados por el 40% más pobre de la población y el 60% de estos llega al quintil de menores recursos.*

*Entre los gastos de mayor progresividad se destacan los dirigidos a los programas de lucha contra la pobreza, en particular los que utilizan mecanismos de transferencias condicionadas (...)* (CEPAL, 2007a, p. 29).

Com relação ao enfrentamento das mudanças ocorridas nas famílias há alguns avanços com programas direcionados para a instituição familiar (podemos citar o Programa *Puente – Chile Solidário*, o Programa *Oportunidades*, do México e o Programa *Familias por la Inclusión Social*, na Argentina), assim como é promissora a idéia de focar os programas de transferência de renda sobre a renda familiar e dar certa atenção à dinâmica familiar. No entanto, se continua a encarar a família de uma maneira em que, em geral, não existe mais, devido às rápidas transformações, conforme abordado anteriormente. Além das necessárias alterações na legislação, na atuação das empresas e na inserção da mulher (e também do homem) no mercado de trabalho de modo a possibilitar o *cuidado*, assim como propostas de assistência local baseada em trabalho voluntário, serviços de assistência remunerados, serviços médicos, de enfermagem e de manejo. O fato é que se exige uma mudança radical de concepção, conforme afirma Arrigada (2007, p. 148):

*Considerar el tiempo de cuidado, el tiempo laboral y de traslado de hombres y mujeres, y organizar la producción y reproducción de una manera más equitativa, serían premisas básicas en un nuevo sistema del bienestar social que proporcione mejores oportunidades de vida para la población. Este tipo de políticas requiere un rediseño del Estado y, por tanto, un nuevo pacto social, político y económico.*

A citação (CEPAL, 2006, p. 236)) a seguir expressa as limitações em relação ao que tem sido feito até agora:

*Em varios países no existe una institucionalidad pública a cargo de los temas de familia con apoyo financiero, recursos humanos y autoridad suficientes para enfrentar los problemas de las familias. Se carece de un organismo que vele por el tema de forma transversal en las distintas instancias gubernamentales, por lo que se observan casos de descoordinación*

*y duplicaciones entre los programas que se orientan a las familias. Sin embargo, en algunos países se advierte un incipiente trabajo en red de coordinación de las políticas y programas que –si bien puede llegar a ser muy beneficioso en virtud del aumento de la cobertura, la oportunidad, el enriquecimiento y la sostenibilidad de las actividades– presenta grandes dificultades para concretarse*

*en la práctica. Según las autoridades, la pobreza continúa siendo uno de los principales problemas que enfrentan las familias en la región latinoamericana, junto con*

*la violencia intrafamiliar y los procesos de desintegración producto de migraciones y desplazamientos forzados. También preocupan los cambios demográficos, en particular el envejecimiento de la población y los problemas relativos al cuidado de las personas en edad avanzada, que se ven agravados por el limitado acceso a los servicios básicos.*

Com se percebe, a questão familiar está intimamente relacionada com a das mulheres. Nesse sentido, se propõe mudanças na legislação com vistas a alterar as discussões do tempo, dos recursos financeiros e dos serviços de apoio (falta de garantias para a mulher e trabalho não-remunerado). Pouco tem sido feito até agora, apesar das mais variadas propostas:

*No son muchas las experiencias de políticas exitosas sobre este tema en la región, aunque se han dado pasos importantes como el Código de buenas prácticas para el sector público en Chile, el modelo de reconocimiento de la “empresa familiarmente responsable” por parte de la Secretaría de Trabajo y Previsión Social de México, las normas de paternidad responsable en Costa Rica y varios programas de capacitación laboral para mujeres. La experiencia internacional indica que algunas medidas de largo aliento enmarcadas en una estrategia integral de igualdad de género pueden reducir la brecha entre mujeres y hombres (CEPAL, 2007c, p. 106).*

A CEPAL propõe a paridade de poder das mulheres em relação aos homens, principalmente no que diz respeito à participação política, basicamente em partidos políticos, estruturas de governos etc. Se propõe, também, um observatório de igualdade de gênero, conforme a Conferência Regional sobre a Mulher de América Latina e Caribe.

*Quanto à coesão social se (...) aporta evidencia que ilustra que el barrio importa y al mismo tiempo se pone de manifiesto la necesidad de*

*que las entidades responsables de las políticas públicas otorguen una mayor atención a los cambios de la segregación residencial urbana, dispongan de un mayor control sobre los determinantes de esos procesos y efectúen una profunda revisión de las medidas de ordenamiento territorial urbano y de los programas de vivienda social. Los cambios de las localizaciones de las viviendas sociales, los subsidios al transporte y a los alquileres y los créditos para que las familias de escasos recursos puedan comprar su vivienda en las áreas formales de la ciudad son algunas de las medidas que podrían incidir en el acortamiento de las distancias entre residencia y trabajo o en la corrección de sus efectos negativos* (CEPAL, 2007a, p. 20).

Grande é a preocupação da CEPAL com relação à educação, na medida em que tem forte correlação com a reprodução das desigualdades e com o combate à pobreza. As propostas envolvem questões tais como a gestão escolar, estratégias pedagógicas e a situação do professor:

*(...) é importante asegurar que los docentes tengan formación post-secundaria para que adquieran las herramientas pedagógicas necesarias, que sus salarios sean suficientes y que se perciban de ese modo, que no necesiten ejercer otros empleos y que sientan que sus habilidades y métodos de trabajo efectivamente influyen en la adquisición de competencias de sus alumnos. Además, resulta clave dotar a las escuelas del equipamiento escolar y material de apoyo suficiente para proveer a los profesores con las suficientes herramientas para guiar los procesos de aprendizaje. Asimismo, es necesario que los estudiantes no sean agrupados según características particulares, que sus padres participen en las labores de la escuela, que se cree un clima respetuoso en el aula, se mantengan relaciones armónicas entre los educandos, que estos dediquen más tiempo a leer por placer y desarrollen una actitud más favorable a la lectura y que dispongan de materiales más variados.* (CEPAL, 2007a, p. 50).

A CEPAL apóia as ações afirmativas, amplamente utilizadas em toda a região (como o PROUNI no Brasil), principalmente no combate à desigualdade (que, como sabemos, tem forte correlação com a pobreza).

Com relação aos indígenas, principalmente no que diz respeito à questão da saúde, a CEPAL aponta que há países que já têm uma política nacional sobre o assunto, assim como consta nas Constituições de vários deles essa obrigatoriedade (o atendimento médico de acordo com os procedimentos culturais, conforme abordado no item

1). No entanto, muita ação precisa ser feita para transformar a realidade legal em fato concreto. A instituição em foco aponta como um dos melhores caminhos a participação cada vez maior dos indígenas nos fóruns de decisão, com o objetivo de obtenção de autonomia. Reafirma, também, a importância da formação de recursos humanos, pesquisa, indicadores e financiamento adequado e contínuo. Conforme CEPAL (2007a, p. 59):

*El gran desafío para las políticas públicas es continuar el avance en el cumplimiento de los estándares de derechos en materia de salud de los pueblos indígenas, lo que supone considerar el concepto integral de salud indígena – que incluye derechos territoriales y de integridad cultural – y su plena participación en la definición, gestión y evaluación de las políticas y los programas de salud. Estos elementos deberían constituir la base de los modelos de atención diferenciados en materia de salud (interculturales, integrales y complementarios).*

### Considerações finais

Nos dias de hoje são muitos os relatórios e documentos de autoria da CEPAL relacionados às mais variadas áreas, uma delas a social e de maneira mais específica sobre a pobreza. Conforme evidenciado, a aposta está na competência dos governos e sua eficácia para atingir metas constantes das políticas públicas relacionadas ao assunto em pauta. Embora o presente artigo exponha, de maneira descritiva e sem preocupações críticas, um diagnóstico dos problemas sociais da região e um verdadeiro catálogo de propostas, espera-se que este sirva para se refletir criticamente sobre o tema.

Observa-se o predomínio das políticas focalizadas sobre grupos considerados vulneráveis à pobreza. Quanto às políticas universalistas, se reconhece a enorme dificuldade de realização, principalmente no quesito qualidade dos serviços prestados. De modo geral, nos dois tipos de políticas, ainda há muita distância entre o que se propõe e o que está sendo feito.

A respeito do enfoque predominante sobre a família, entende-se que ele não é incompatível com a focalização sobre a mulher, os afrodescendentes, os indígenas, os jovens e os idosos, desde que não se perca a dinâmica familiar como base e se integre adequadamente as

políticas. Os programas existentes geralmente trabalham com renda familiar, atenção à mulher e membros das famílias em geral, porém, isso está distante da proposta de fundo no sentido de mudança de visão em relação às políticas públicas.

### Referências Bibliográficas

- ARRIAGADA, I. (2007). *Transformaciones familiares y políticas de bienestar em América Latina*. In: ARRIAGADA, I. (Coord.). *Famílias y políticas públicas em América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.) (2000). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record. Vol. 1 e 2.
- COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL -(2007a). *Panorama social de América Latina*. Santiago de Chile: Cepal.
- \_\_\_\_\_ (2007b). *Cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal.
- \_\_\_\_\_ (2007c). *El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe*. X Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Quito, 6 al 9 de agosto.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Panorama social de América Latina*. Santiago de Chile: Cepal.
- GRYNSPAN, R. (2005). *La desigualdad en las oportunidades en América Latina: una revisión crítica de los resultados de las últimas dos décadas*. In: KLIKSBURG, B. (comp.). *La agenda ética pendiente de América Latina*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica.
- KLIKSBURG, B. (2005). *Un tema ético central: el impacto de la pobreza sobre la familia en América Latina*. In: KLIKSBURG, B. (comp.). *La agenda ética pendiente de América Latina*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica.
- RAMOS, L.; MENDONÇA, R. (2005). *Pobreza e desigualdade de renda no Brasil*, in GIAMBIAGI, F. *Economia brasileira contemporânea – 1945-2004*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- RODRIGUEZ, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.

Recebido em: janeiro de 2008

Aprovado para publicação em: fevereiro de 2008